

DEZ ANOS DO PROJETO PENSANDO O DIREITO

Sabrina Durigon Marques¹
Marivaldo de Castro Pereira²
Gabriel Carvalho Sampaio³
Ricardo de Lins e Horta⁴

1 INTRODUÇÃO

Os dez anos de existência do projeto Pensando o Direito (2007-2017) merecem uma análise qualitativa a partir da perspectiva institucional do Poder Executivo, mais especificamente do Ministério da Justiça (MJ). Nesses dez anos, o projeto contou com a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e, posteriormente, com o apoio técnico do Ipea, parcerias fundamentais para sua implementação.

Concebido com a finalidade de *aproximar a sociedade civil do processo legislativo*, o projeto Pensando o Direito, por meio de pesquisas empíricas, subsidiou a atuação da Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do MJ na atividade de acompanhamento legislativo, outrora extremamente importante para a qualidade da produção normativa em nosso país. O projeto proporcionou também a realização de diversos debates públicos, em que a sociedade civil pode contribuir para a construção de marcos legais. Por fim, a vinda de palestrantes estrangeiros ao Brasil permitiu que a pesquisa empírica recebesse contribuições externas tanto com relação ao método quanto com relação ao conteúdo.

Este artigo pretende fazer uma análise do projeto Pensando o Direito, a partir de quatro aspectos relevantes: *i)* participação da sociedade civil no processo legislativo; *ii)* contribuição da pesquisa acadêmica e empírica para a elaboração das políticas públicas; *iii)* internacionalização do projeto; e *iv)* internalização do projeto. Cada aspecto é retratado em uma seção deste trabalho.

2 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO LEGISLATIVO

O projeto Pensando o Direito tinha como um de seus propósitos aproximar a sociedade civil do processo legislativo, até então confinado na burocracia do poder público e nas comissões ditas de altos estudos, ou comissões de juristas legitimadas por um alegado notório saber. Em que pese a qualificação técnica de que são dotados esses grupos, estes em geral não contemplam a diversidade intelectual, de gênero, social e étnica contida em nossa sociedade.

A compreensão da SAL naquele momento inicial era de que ampliar o rol de atores que participam do processo legislativo significaria democratizá-lo, garantindo que mais vozes fossem ouvidas e que a diversidade de raças, gêneros e grupos sociais existentes no Brasil estivesse contemplada.

1. Ex-coordenadora na Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério da Justiça (MJ) (2011-2013), ex-chefa de gabinete e ex-coordenadora do projeto Pensando o Direito (2014-2016).

2. Ex-secretário de assuntos legislativos (2011-2014) e ex-secretário executivo (2015-2016) do MJ.

3. Ex-diretor da SAL/MJ (2011-2013) e ex-secretário de assuntos legislativos do MJ (2014-2016).

4. Ex-chefe de gabinete e ex-coordenador do projeto Pensando o Direito (2013).

Uma das formas de buscar a ampla participação social foi por meio da realização de debates públicos promovidos pela internet por meio do *site* do projeto Pensando o Direito. Foram realizados sete debates públicos no âmbito do projeto, em um modelo que fomentava a discussão entre os próprios internautas sobre o conteúdo dos projetos de lei em tramitação ou de anteprojetos a serem enviados ao Congresso Nacional.

Após o recebimento virtual das contribuições, os conteúdos eram sistematizados de maneira coletiva, com a participação não somente dos servidores da SAL, mas também de técnicos e especialistas no tema, que eram convidados a fim de garantir maior transparência do processo, além de ser uma forma de aproveitar ao máximo cada contribuição.

O primeiro debate, iniciado em 2009, sobre o marco civil da internet, que deu origem à Lei nº 12.965, de 2014, teve como ponto de partida um anteprojeto de lei de autoria do Poder Executivo e foi realizado em duas fases. O debate recebeu mais de mil contribuições, tanto de pessoas físicas quanto de entidades da sociedade civil, e o *site* em que estava hospedado recebeu mais de 60 mil visitas.⁵

Essa metodologia permitiu que nossa “constituição da internet” fosse a primeira norma elaborada mediante um amplo processo de participação direta utilizando a própria internet, processo totalmente pioneiro e marcante para a participação social em nosso país. Anos mais tarde a mesma metodologia seria utilizada para a promoção do debate sobre o texto que daria origem ao decreto de regulamentação do marco civil da internet (Decreto nº 8.771, de 2016).

O sucesso da consulta pública do marco civil da internet fez com que o modelo e a ferramenta tecnológica utilizados pela SAL fossem replicados em outros órgãos públicos e até mesmo em outros poderes, como as ferramentas de participação pela internet e-Cidadania e e-Democracia, ambas mantidas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, respectivamente.

Com a ampla receptividade da sociedade à consulta pública do marco civil da internet,⁶ entre os anos de 2010 e 2015, a SAL realizou outros debates sobre diversos temas de interesse do país, como a portaria sobre regras para classificação indicativa; o anteprojeto de proteção de dados pessoais; o projeto de código de processo civil; o anteprojeto de código comercial; e a proposta do sistema público de ouvidorias e medidas anticorrupção.⁷ Todos temas de grande relevância que impactam direta ou indiretamente nosso cotidiano.

Para além do êxito quantitativo da participação nos debates acima mencionados, o que se buscava era compartilhar com a sociedade a discussão sobre alguns temas de grande relevância social, além de receber as contribuições para melhor adequação do ato normativo em debate. É certo que, mesmo diante da ampla participação obtida com este processo, ainda há muito o que avançar, especialmente para incluir no debate grupos sociais ainda sem acesso à rede mundial de computadores, além de ser necessário reduzir as barreiras existentes para a compreensão de conteúdos técnico-jurídicos, comuns em atos normativos.

Para isso, a SAL elaborou diversos materiais multimídia,⁸ todos utilizando uma linguagem mais simples e clara para facilitar a compreensão da população sobre os temas em debate e, assim, aproximar a sociedade civil do processo legislativo.

5. Informações disponíveis em: <<https://goo.gl/qVvw2F>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

6. Que pode ser conferida em: <<https://goo.gl/ZKNhwJ>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

7. Informações disponíveis em: <<https://goo.gl/CJy9gE>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

8. Disponíveis no canal do YouTube: <<https://goo.gl/opQkWK>>. Acesso em: 8 set. 2017.

Outra forma de participação promovida pela SAL, em parceria com a Casa Civil da Presidência da República (PR), foi o intercâmbio com estudantes de todo o país, atividade por meio da qual um grupo de estudantes era selecionado para passar duas semanas em Brasília, acompanhando de perto o processo de elaboração normativa e várias etapas do processo legislativo. Para os estudantes, esta foi uma oportunidade única para conhecer de perto os atores envolvidos nestes processos e compreender os bastidores da elaboração legal, experiência que a academia não conseguiria proporcionar e que permite a eles desenvolver uma análise crítica sobre o processo de construção de normas e políticas públicas.

Durante o intercâmbio, os estudantes de graduação e de pós-graduação dos cursos de direito, relações internacionais e ciências políticas participavam de um curso de elaboração normativa e de processo legislativo, além de diversas reuniões nos ministérios, no Congresso Nacional e até no Supremo Tribunal Federal (STF), o que permitia uma visão ampla sobre a relação entre os Três Poderes.

Esse programa teve o condão de apresentar aos estudantes uma perspectiva nem sempre difundida sobre a elaboração normativa. Além de buscar a democratização do processo legislativo, o projeto atraiu diversos estudantes interessados em contribuir com a administração pública. Muitos estudantes que participaram do projeto encantaram-se com a administração pública e, posteriormente, acabaram se tornando servidores públicos.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA ACADÊMICA E EMPÍRICA PARA A ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Outra forma de aproximação entre o poder público e a sociedade civil desenvolvida pela SAL foi a promoção de pesquisas acadêmicas como subsídio para a elaboração de políticas públicas ou de normas para o aprimoramento do ordenamento jurídico.

Ainda segundo a tônica de abrir o debate da produção legislativa para além de grupos técnicos governamentais ou comissões de juristas, o projeto buscou o formato dos editais de pesquisa como forma de ampliar a participação e envolver a maior parcela possível da comunidade acadêmica.

As universidades foram atores fundamentais dessa ação de democratização do processo legislativo, funcionando como canais principais de diálogo por onde ventilavam ideias para a inovação de políticas públicas.

Por meio dos editais de seleção, equipes de universidades de todo o Brasil inscreviam-se enviando propostas de projetos de pesquisa acerca de temas predeterminados, geralmente oriundos de demandas do próprio poder público, especialmente temas novos, sobre os quais havia escassa bibliografia e pesquisas realizadas, de temas urgentes para a agenda política nacional e de temas relacionados ao enfrentamento de gargalos identificados na implementação de políticas públicas.

A classificação dos inscritos considerava critérios objetivos, sendo a seleção conduzida por bancas compostas por representantes da SAL e de outros órgãos do governo, do Pnud ou do Ipea.

Após a seleção, o cronograma de atividades e as etapas do projeto eram acordadas entre a equipe de pesquisa e a equipe da SAL, sempre respeitando a autonomia acadêmica, essencial para que o resultado obtido fosse fidedigno. Ao longo da realização do estudo, que, na maioria das vezes, envolvia procedimento de campo e abarcava mais de um estado, eram realizados seminários e oficinas, para que os pesquisadores pudessem apresentar os resultados parciais a especialistas e também a movimentos e organizações sociais, a fim de que esses pudessem contribuir com o avanço da pesquisa, disseminando ainda mais o alcance do projeto. Ao final, e previamente ao lançamento do volume, também eram

realizados debates acerca dos resultados alcançados. O trabalho de pesquisa acadêmica, embora qualificado e minucioso, por vezes se chocava com os escassos prazos de que dispõe a administração pública. Um dos principais desafios era equalizar e gerir os tempos, tão raros para os dois atores.

A duração de cada pesquisa variava entre seis meses e um ano, eventualmente sendo prorrogada, e abarcava pesquisadores de universidades públicas e privadas de todas as regiões do país.

Em 2012 foi feito um levantamento estatístico das pesquisas e, com isso, identificou-se que as equipes que se candidatavam eram, majoritariamente, do eixo Sul-Sudeste. Assim, na reta final do projeto (editais de 2012 a 2015), o desenho dos editais passou a incentivar a participação de equipes das regiões Norte e Nordeste. Em seu balanço final, foram apresentadas por região, durante os dez anos de projeto: dez propostas no Norte, 68 no Nordeste, 46 no Centro-Oeste, 264 no Sudeste e 96 no Sul. Verifica-se a desigualdade regional do Brasil refletida na desproporção de propostas acadêmicas por região, situação que a SAL tentava alterar a cada novo edital.

As temáticas escolhidas para as pesquisas foram as mais variadas. Durante o projeto, foram lançados editais patrocinando pesquisas sobre conflitos fundiários, situação carcerária, processo legislativo, *habeas corpus*, sistema de justiça, migrantes, violência contra a mulher, entre outros temas diretamente relacionados a graves problemas presentes no cotidiano da nossa sociedade.⁹

Foram, ao longo dos dez anos de existência do projeto, quinze processos seletivos; 82 temas propostos; 484 propostas de equipes submetidas à aprovação; 71 parcerias formalizadas; 46 instituições envolvidas; e 61 volumes publicados, todos disponíveis no *site* do Pensando o Direito.

Algumas pesquisas tiveram impacto direto no processo legislativo. Muitas delas foram utilizadas pela SAL como argumento para o processo de convencimento dos parlamentares para o aprimoramento de projetos de lei em tramitação. Outras serviram como base para projetos de lei e emendas apresentados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Todas elas servem como importante material de consulta para a própria academia e também para gestores públicos.¹⁰

O caráter inovador do projeto foi reforçado com o reconhecimento em forma de premiação, em abril de 2011, na 15ª edição do Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Não por acaso, devido ao seu sucesso, o projeto Pensando o Direito passou a servir de exemplo a iniciativas semelhantes, como é o caso do Pensando a Segurança Pública, conduzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e das pesquisas lançadas na série Diálogos sobre Justiça, da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ).

Além de viabilizar a produção de conhecimento sobre temas até então pouco tratados na literatura jurídica, o projeto consolidou-se como mecanismo de financiamento de pesquisas em direito aplicadas à produção legislativa, prática ainda pouco comum no Brasil. Sua contribuição para o fortalecimento de uma comunidade de pesquisadores pode ser verificada pelo fato de vários dos envolvidos em pesquisas do projeto terem se engajado, posteriormente, na criação e no fortalecimento da Rede de Pesquisa Empírica em Direito (Reed).

Destaque-se que o projeto também produziu reflexos na própria universidade, na forma de se fazer pesquisa jurídica no Brasil. Se, nos primeiros editais, as pesquisas resultantes geralmente mapeavam as normas existentes e a jurisprudência sobre um tema, nos últimos editais, as pesquisas

9. Pesquisas disponíveis em: <<https://goo.gl/DNC1ZZ>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

10. Para um balanço dos resultados dos seus primeiros cinco anos de existência, vide Brasil (2013).

eram realizadas com grande sofisticação metodológica, conjugando métodos e técnicas de pesquisa empírica em campo, como *surveys* e entrevistas de agentes públicos e usuários de serviços públicos.¹¹ Essa trajetória de qualificação metodológica resultou de uma escolha deliberada de aproximar as equipes técnicas do projeto na SAL, os pesquisadores selecionados que estavam conduzindo as pesquisas e a nascente Reed. Assim, ao lado do Ipea, a partir de 2013, a SAL passou a apoiar eventos e a divulgar conjuntamente editais e ações junto à Reed.

Outros desafios que valem ser mencionados são as dificuldades, quase sempre encontradas, para que o grupo de pesquisa pudesse ter acesso aos documentos, aos relatórios e aos materiais em geral produzidos pelo próprio poder público. Muitas vezes esse material era subsídio fundamental para a produção de relatórios pela equipe de pesquisa. Contudo, muitos setores da administração ainda sofrem com uma retrógrada mentalidade que reluta em compreender que documentos públicos devem ser de amplo acesso público. Nesse sentido, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) contribuiu para que esse canal fosse facilitado. Contudo, conforme salientado pelos próprios pesquisadores em diversas ocasiões, esse processo de abertura das informações públicas ainda tem muito que avançar.

4 INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROJETO

Ao lado desse crescente sucesso do projeto, constatou-se que uma das formas de acelerar o processo de qualificação da pesquisa aplicada seria buscar sua internacionalização. A utilização de estratégias e métodos das ciências sociais na pesquisa jurídica já se encontrava consolidada no exterior. Entre numerosos exemplos encontra-se a Law and Society Association (LSA), que desde a década de 1960 congrega juristas e cientistas sociais dedicados à investigação do “direito em ação” como prática, para além dos textos jurídicos da doutrina ou da jurisprudência. Além disso, alguns expoentes da pesquisa jurídica no exterior, embora já tivessem uma boa rede de contatos na academia, ainda não haviam se envolvido diretamente na produção do projeto Pensando o Direito.

Com a parceria entre a SAL e o Ipea, este instrumento de internacionalização tornou-se disponível, por meio do Programa de Cooperação Internacional (Procin), instituído pela Portaria Ipea nº 339, de 2010.

A ideia, naquele momento, era aproximar pesquisadores engajados no Pensando o Direito com a discussão internacional pertinente ao seu trabalho. Para tanto, em diálogos entre a SAL, o Ipea e os demais parceiros do projeto, chegaram-se a nomes de convidados que tratariam de temas diretamente ligados às pesquisas em curso.

Assim, entre setembro de 2013 e novembro de 2014, foram realizados diversos ciclos de conferências, oficinas e encontros entre os pesquisadores convidados e os pesquisadores do projeto Pensando o Direito, além de equipes de técnicos do governo. Visava-se aproximar a discussão acadêmica internacional não só das investigações em curso, como também das discussões práticas dos integrantes da administração pública federal.

As atividades foram iniciadas em setembro de 2013, com a vinda de Wim Voermans, professor holandês de direito constitucional e especialista em técnica legislativa, com atividades focadas na produção legislativa baseada em evidências científicas. Em novembro do mesmo ano, Laura Beth Nielsen aportou a discussão sobre metodologia de pesquisa empírica em direito, bem como apresentou resultados de pesquisa sobre discriminação contra a mulher no mercado de trabalho.

11. Para um levantamento de como as pesquisas passaram a gradualmente adotar e combinar mais frequentemente métodos e técnicas de pesquisa empírica, bem como de propostas normativas diretamente ou indiretamente oriundas do projeto, vide Horta, Almeida e Chilvarquer (2014).

Em novembro de 2014, o projeto realizou três ciclos de conferências internacionais. Raúl Zaffaroni, ministro da Suprema Corte argentina e um dos maiores nomes na discussão de tendências penais no mundo e na América Latina tratou da temática *Juventude Negra Brasileira: homicídios e encarceramento*. Em seguida, Raymond H. C. Bull, professor emérito da Universidade de Leicester, e Roy S. Malpass, professor do Departamento de Psicologia da Universidade do Texas, trouxeram elementos da pesquisa de ponta na psicologia do testemunho e do reconhecimento para a discussão sobre os procedimentos penais. Por fim, ainda no mesmo mês, no âmbito do ciclo de atividades *Direito à Cidade*, o geógrafo britânico David Harvey conduziu debate sobre a crise econômica global e os reflexos na dimensão urbana.

Em todos os momentos, buscou-se proporcionar a criação de redes de contato entre os convidados internacionais, os pesquisadores vinculados ao projeto e os demais envolvidos, citados nos itens anteriores. Assim, os eventos, quando da vinda de Wim Voermans, envolveram não só a Universidade de Brasília (UnB), em uma conferência sobre por que as pessoas obedecem às leis, como também reuniões com o corpo técnico da Casa Civil da PR, responsável pelas análises de impacto legislativo e técnica legislativa. Laura Beth Nielsen, por sua vez, ministrou um curso de métodos e técnicas de pesquisa empírica aos pesquisadores então selecionados pelos editais de pesquisa, que contou com a participação de convidados indicados pela Reed. Raúl Zaffaroni, Raymond Bull e Roy Malpass fizeram conferências para todo o corpo técnico do MJ, ao passo que a vinda de David Harvey foi ocasião de um grande evento aberto para a sociedade no Museu da República, em Brasília.

Dessa forma, o processo de internacionalização possibilitou reforçar a já mencionada aproximação entre governo, academia e sociedade civil.

5 INTERNALIZAÇÃO DO PROJETO

O projeto inicialmente se estruturou na forma de acordo de cooperação técnica internacional firmado entre a SAL e o Pnud, o que possibilitou a contratação de consultorias técnicas fundamentais ao delineamento de seus traços fundamentais, que auxiliaram na formulação de editais e na criação de fluxos de acompanhamento de pesquisas, e atuaram como facilitadoras nas diversas ações de aproximação entre governo, academia e sociedade. Uma vez consolidado o projeto, o desafio era permitir que a SAL tivesse condições de continuá-lo com recursos da própria administração pública federal.

Assim, a parceria entre o projeto Pensando o Direito e o Ipea tinha a finalidade precípua de internalizar o projeto no âmbito da estrutura do Poder Executivo. Porém, ela acabou sendo mais do que isso. Dada a convergência de objetivos e diante da experiência do Ipea em fornecer suporte técnico e institucional a ações governamentais para formulação e aprimoramento de políticas públicas, abriram-se novas possibilidades.

A parceria com o Ipea permitiu o avanço na direção da expansão das interfaces de interação com a sociedade civil e a academia, por meio do apoio à estruturação de ferramentas de acesso e produção de conteúdos, qualificação do portal do projeto etc. Com isso, formou-se uma importante simbiose entre os avanços propiciados pela parceria institucional, sobretudo no âmbito da qualificação das pesquisas empíricas, da troca de experiências e do fortalecimento da relação do projeto com as redes de pesquisa empírica, do intercâmbio de conhecimentos com professores estrangeiros etc. Todo o substrato formado a partir disso trouxe ganhos à aproximação entre academia e poder público, bem como fortaleceu o engajamento da sociedade civil no processo de elaboração normativa e no debate legislativo.

Talvez, porém, o maior desafio da internalização não esteja no arranjo burocrático da operacionalização do projeto, mas em seu próprio caráter inovador e dinâmico, pouco frequente na administração pública. Embora tenha servido de exemplo a inúmeras iniciativas semelhantes e se projetado como um *case* de inovação e sucesso, o projeto Pensando o Direito não estava expressamente previsto entre as atribuições formais da unidade de governo e dependia de orientações políticas de democratização do processo legislativo que eram extremamente recentes e circunstanciais no cenário jurídico tradicional. A continuidade do projeto, nesse sentido, sempre dependeu da presença de lideranças que reconheciam sua importância e de um papel político proativo do MJ em aprimorar a qualidade dos debates legislativos e de política pública.

Nesse sentido, com a extinção oficial da SAL, por força do Decreto nº 9.150, de 4 de agosto de 2017, ficou o governo federal sem um *locus* em que o processo de elaboração legislativa pudesse ser construído por meio do diálogo com a sociedade, retornando as funções de análise e debate das propostas normativas à dinâmica estritamente técnico-jurídica convencional. Com isso, a própria continuidade do projeto fica ameaçada, o que configuraria mais uma das lamentáveis descontinuidades institucionais, infelizmente tão frequentes no histórico dos governos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **O papel da pesquisa na política legislativa: metodologia e relato de experiências do projeto Pensando o Direito**. Brasília: SAL/MJ, 2013. (Série Pensando o Direito, n. 50). Disponível em: <<https://goo.gl/QP5vYg>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- HORTA, Ricardo de Lins; ALMEIDA, Vera Ribeiro; CHILVARQUER, Marcelo. Avaliando o desenvolvimento da pesquisa empírica em direito no Brasil: o caso do projeto Pensando o Direito. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 2, p. 162-183, 2014.

APÊNDICE

QUADRO A.1

Lista de pesquisas realizadas no âmbito do projeto Pensando o Direito

Relatório final	Ano de publicação do edital	Instituições dos pesquisadores
Volume 1 – <i>Tráfico de Drogas e Constituição: um estudo jurídico social do art. 33 da Lei de Drogas diante dos princípios constitucionais-penais</i>	2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de Brasília (UnB)
Volume 2 – <i>Dos Critérios de Aplicação da Pena no Brasil: análise doutrinária e jurisprudencial da conveniência da determinação da pena mínima</i>	2008	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Volume 3 – <i>Direitos Autorais e Internet: propostas legislativas para fomentar o desenvolvimento e o acesso ao conhecimento</i>	2007	Instituto de Direito de Comércio Internacional e Desenvolvimento (IDCID)
Volume 4 – <i>Direitos Humanos: a Emenda Constitucional nº 45/2004 e a constitucionalização dos tratados internacionais</i>	2007	Faculdade de Direito de Campos (FDC)
Volume 5 – <i>A Emenda Constitucional nº 45/2004 e a constitucionalização dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil</i>	2007	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Volume 6 – <i>Penas Alternativas: Sistema de Consulta sobre Crimes, Penas e Alternativas à Prisão (Sispensas)</i>	2007	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 7 – <i>Conflitos Coletivos sobre a Posse e a Propriedade de Bens Imóveis</i>	2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Volume 8 – <i>Lobby: a possibilidade de regulação jurídica no Brasil</i>	2008	Centro Universitário de Brasília (Uniceub)
Volume 9 – <i>Temas de Direito Urbanístico</i>	2007	Universidade São Judas Tadeu (USJT)
Volume 10 – <i>As Resoluções do Conama e o Princípio da Legalidade: a proteção ambiental à luz da segurança jurídica</i>	2007	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Volume 11 – <i>Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres: mulheres e políticas de reconhecimento no Brasil</i>	2008	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)
Volume 12 – <i>Balanço do Código de Defesa do Consumidor e o Necessário Diálogo das Fontes na Perspectiva de Consolidação Normativa do Direito do Consumidor</i>	2007	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Volume 13 – <i>Federalismo no Brasil: limites da competência legislativa e administrativa</i>	2007	Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)
Volume 14 – <i>Separação de Poderes: vício de iniciativa</i>	2008	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Volume 15 – <i>Observar a Justiça: pressupostos para a criação de um observatório da justiça brasileira</i>	2007	Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Volume 16 – <i>Estatuto Jurídico do Terceiro Setor: pertinência, conteúdo e possibilidades de configuração normativa</i>	2008	Instituto Pro Bono
Volume 17 – <i>Pena Mínima</i>	2008	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 18 – <i>Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: responsabilização por ilícitos praticados no âmbito de pessoas jurídicas – uma contribuição para o debate público brasileiro</i>	2008	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 19 – <i>Estatuto dos Povos Indígenas</i>	2008	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Volume 20 – <i>Reforma Política, Instituições Eleitorais e Capital Social</i>	2007	Universidade de Brasília (UnB) e Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abamppe)
Volume 21 – <i>Agências Reguladoras e Tutela dos Consumidores</i>	2009	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Volume 22 – <i>Análise da Nova Lei de Falências</i>	2009	Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ)
Volume 23 – <i>Os Novos Procedimentos Penais</i>	2009	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), DataBrasil e Universidade Cândido Mendes (UCAM)
Volume 24 – <i>O Papel da Vítima no Processo Penal</i>	2009	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)

(Continua)

(Continuação)

Relatório final	Ano de publicação do edital	Instituições dos pesquisadores
Volume 25 – <i>Medidas Assecuratórias no Processo Penal</i>	2009	Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ)
Volume 26 – <i>Estatuto da Criança e do Adolescente: apuração do ato infracional atribuído a adolescentes</i>	2009	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Volume 27 – <i>Conferências Nacionais, Participação Social e Processo Legislativo</i>	2009	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)
Volume 28 – <i>Junta Comercial</i>	2009	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Volume 29 – <i>Desconsideração da Personalidade Jurídica</i>	2009	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Volume 30 – <i>Controle de Constitucionalidade dos Atos do Poder Executivo</i>	2009	Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP)
Volume 31 – <i>Processo Legislativo e Controle de Constitucionalidade: as fronteiras entre direito e política</i>	2009	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)
Volume 32 – <i>Análise das Justificativas para a Produção de Normas Penais</i>	2009	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 33 – <i>Reflexos da Fragmentação Institucional e Normativa das Atividades de Controle da Administração Pública Federal</i>	2009	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 34 – <i>A Eficácia do Sistema Jurídico de Prevenção e Combate à Improbidade Administrativa</i>	2010	Universidade de São Paulo (USP)
Volume 35 – <i>Loucura e Direito Penal: uma análise crítica das medidas de segurança</i>	2010	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis)
Volume 36 – <i>Propriedade Intelectual e Conhecimentos Tradicionais: avaliação crítica da disciplina jurídica brasileira</i>	2010	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)
Volume 37 – <i>A Quantificação do Dano Moral no Brasil: justiça, segurança e eficiência</i>	2010	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 38 – <i>O Desenho de Sistema de Resolução Alternativa de Disputas para Conflitos de Interesse Público</i>	2010	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 39 – <i>Regime Jurídico dos Bens Imóveis da União Federal</i>	2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Volume 40 – <i>Repercussão Geral e o Sistema Brasileiro de Precedentes</i>	2010	Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP)
Volume 41 – <i>Modernização do Sistema de Convênio da Administração Pública com a Sociedade Civil</i>	2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Volume 42 – <i>Por um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas: possibilidades e obstáculos</i>	2011	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Volume 43 – <i>Banco de Perfis Genéticos para Fins de Persecução Criminal</i>	2011	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Volume 44 – <i>Prisão: para que e para quem? Diagnóstico do sistema carcerário e perfil do preso</i>	2011	Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola
Volume 45 – <i>Democracia e Integração Regional: internalização das normas do Mercosul</i>	2011	Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Volume 46 – <i>Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos da Economia Solidária</i>	2011	Universidade de São Paulo (USP)
Volume 47 – <i>Crime de Cartel e Reparação de Danos no Poder Judiciário Brasileiro</i>	2011	Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ)
Volume 48 – <i>Registros Públicos e Recuperação de Terras Públicas</i>	2011	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)
Volume 49.1 – <i>Compras Públicas Sustentáveis</i>	2012	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 49.2 – <i>Critérios para Indenização em Desapropriação de Imóveis Rurais</i>	2012	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Volume 49.3 – <i>Eficácia das Multas Aplicadas em Fiscalização e Exercício do Poder de Polícia Ambiental</i>	2012	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Católica de Petrópolis (UCP)
Volume 49.4 – <i>Fluxo de Informações entre Entes Federados na Construção de Políticas Sociais</i>	2012	Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP)
Volume 49.5 – <i>Gestão da Execução de Contratos Administrativos pelo Poder Público</i>	2012	Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) e Universidade Federal da Bahia (UFBA)

(Continua)

(Continuação)

Relatório final	Ano de publicação do edital	Instituições dos pesquisadores
Volume 49.6 – <i>Gestão da Força de Trabalho entre os Entes Federativos da Administração Pública</i>	2012	Universidade Nove de Julho (Uninove)
Volume 49.7 – <i>O Processo Administrativo Disciplinar em uma Análise Institucional: RFB, INSS e UFRJ</i>	2012	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Volume 49.8 – <i>Brasil, o País dos Concursos Públicos?</i>	2012	Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF)
Volume 50 – <i>O Papel da Pesquisa na Política Legislativa: metodologia e relato de experiências do projeto Pensando o Direito</i>	Volume especial de balanço dos cinco primeiros anos do projeto (2007-2012)	
Volume 51 – <i>Dar à Luz na Sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão</i>	2013	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), <i>campus</i> Franca, e Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)
Volume 52 – <i>Violência contra a Mulher e as Práticas Institucionais</i>	2013	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Volume 53 – <i>A Tributação das Organizações da Sociedade Civil: condições de possibilidade para um Simples social</i>	2013	Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/SP)
Volume 54 – <i>Excesso de Prisão Provisória no Brasil: um estudo empírico sobre a duração da prisão nos crimes de furto, roubo e tráfico</i>	2013	Universidade Federal Fluminense (UFF)
Volume 55 – <i>Panacéia Universal ou Remédio Constitucional? Habeas corpus nos Tribunais Superiores</i>	2013	Fundação Getulio Vargas Direito Rio (FGV/RJ)
Volume 56 – <i>Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e IPTU Progressivo no Tempo: regulamentação e aplicação</i>	2013	Universidade Federal do ABC (UFABC)
Volume 57 – <i>Migrantes, Apátridas e Refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil</i>	2013	Universidade Católica de Santos (Unisantos)
Volume 58 – <i>As Relações entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema de Justiça</i>	2013	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Volume 59 – <i>Avanços Científicos em Psicologia do Testemunho Aplicados ao Reconhecimento Pessoal e aos Depoimentos Forenses</i>	2013	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Volume 60 – <i>Não Tinha Teto, Não Tinha Nada: por que os instrumentos de regularização fundiária (ainda) não efetivaram o direito à moradia no Brasil</i>	2013	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Volume 61 – <i>Habeas Corpus nos Tribunais Superiores: possíveis impactos do decidido no HC 109.956</i>	2014	Fundação Getulio Vargas Direito Rio (FGV/RJ)
<i>Diagnóstico das Condições de Atuação e das Consequências da Ação Policial</i> (pendente de publicação). Pesquisa com modelo inovador, pois selecionou três pesquisadores distribuídos por diferentes regiões para analisar a motivação da letalidade, tanto de policiais quanto de civis. Esses pesquisadores eram independentes, mas trabalharam de forma articulada e interdependente.	2014	Pesquisador 1: Luis Felipe Zilli do Nascimento, doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), responsável pelos estados do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais Pesquisador 2: Guaracy Mingardi, doutor pela Universidade de São Paulo (USP), responsável pelos estados de Sergipe, da Bahia e de Pernambuco Pesquisador 3: Luís Antônio Francisco de Souza, doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), responsável pelos estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de São Paulo

Elaboração dos autores.